

CALIMAN, Geraldo. **Paradigmas da exclusão social**. Brasília: Ed. Universa, UNESCO, 2008. 368p.

No livro **Paradigmas da Exclusão Social**<sup>1</sup> o autor enfatiza as bases históricas e teóricas que interpretam o desvio social como uma maneira de as pessoas comunicarem o próprio mal-estar pessoal e social, e assim procura validar suas **hipóteses** no campo do desvio e da delinquência juvenil. Tal hipótese sobre as raízes da delinquência está centrada na expectativa de que a recuperação e a reinserção social dos jovens atingidos pelos aspectos negativos e condicionantes da sociedade pode ser um fato real.

De fato, o autor parte da **hipótese** de que a insatisfação das necessidades fundamentais da pessoa tende a provocar situações de risco e a conseqüente reação, demonstrada por meio do desvio social, da delinquência e da marginalização, optando, dessa forma, por uma **perspectiva** educativa (pedagógica) e não criminalística. Assim, para o autor, é possível prevenir as “carreiras delinquentiais” daqueles jovens excluídos e não aceitos pelo senso comum<sup>2</sup>, os quais são dignos de rotulação negativa pelas respostas que dão à sociedade.

A prevenção tem se dado através da ação sociopedagógica vivida no Brasil, que tem encontrado sua sistematização na pedagogia social, a qual se empenha no aprofundamento de **perspectivas** teóricas, base para as propostas metodológicas, voltadas ao enfrentamento de situações que exigem uma ação pedagógica diferenciada daquela normalmente usada no âmbito escolar, através da compreensão da leitura e da interpretação da realidade. Esta pretende, ainda, fazer a ponte entre os fenômenos e a análise dos condicionamentos sociais e a prática pedagógica na construção de soluções segundo a ciência pedagógica.

Segundo o autor, a frustração das **necessidades humanas** tende a provocar comportamentos do tipo transgressivo, desviante, comunicados através das reações de mal-estar por parte do indivíduo. Desvio e delinquência seriam frutos sobretudo da interação social que responde pelos problemas de desvio através dos fenômenos da rotulação, estigmatização e formação de identidades marginalizantes, mas é também através dessa interação que a pedagogia colhe recursos para a recuperação e a inserção social dos indivíduos afetados pelo estigma.

Neste contexto o autor apresenta um vasto estudo conceitual, percorrendo um itinerário histórico de fundamental importância quanto às necessidades humanas, marginalidade e exclusão social.

Entende as **necessidades humanas** como o centro de interesse da pedagogia do trabalho social, afirmando que o **trabalhador social** se dedica prioritariamente às suas necessidades básicas. Assim, são apresentadas ao leitor as diversas formas de abordagens das **necessidades humanas**, especialmente as possibilidades de abordagens histórica, filosófica, econômica, psicológica e sociológica.

<sup>1</sup> O autor é renomado no campo da pedagogia social por ter sido professor da Universidade Salesiana de Roma. Autor de várias publicações sobre o tema. Com o tempo passou a ensinar Sociologia do Desvio na Universidade Salesiana de Vitória e, atualmente, atua na UCB - Universidade Católica de Brasília, onde é professor da disciplina de pedagogia social no Programa de Pós-graduação. Notório catedrático da UNESCO.

<sup>2</sup> Influência de origem interacionista e que é tratada no decorrer do livro.

Sob este foco da tipologia, as necessidades humanas apresentam dois tipos de necessidades: **materiais e pós-materiais**, e ambas acontecem na *perspectiva pessoal e social*. As **primeiras** acontecem no *campo pessoal* através das necessidades provenientes da natureza humana biológica (comer, beber, dormir, etc.), e a *nível social* estão relacionadas a itens como alimentação, vestuário, habitação, higiene, energia, água, saúde, transporte, educação, trabalho, crença e pertença.

As segundas, ou seja, as **necessidades pós-materiais**, em *nível social*, ultrapassam os limites das necessidades fisiológicas, materiais e fundamentais, dando origem a novas necessidades, como responsabilidade social e a qualidade das pessoas quanto ao nível de participação na sociedade. Em *nível pessoal* estão abertas à autorrealização, emergem das necessidades mais elevadas do que as anteriores (materiais). São um prolongamento das que as precedem e que estão relacionadas às necessidades existenciais de afeto, estima e autorrealização.

Na linha conceitual, a próxima terminologia apresentada na obra refere-se à **marginalidade**, que se mostra, em certas circunstâncias, correlacionada com a questão da necessidade e da pobreza. *Consiste na exclusão parcial ou total do acesso dos indivíduos aos recursos disponíveis em um determinado sistema social que não consegue integrar sujeitos ou grupos sociais, ou que os mantém em um estado de dependência funcional. (...) remonta ao conceito de sociedade complexa e de subsistema social.*(p. 109)

A partir de sua hipótese sobre as necessidades humanas, o autor contagia o leitor na descrição dos capítulos seguintes onde, além do conceito, apresenta as interpretações da pobreza, da **marginalidade** e do desvio como categorias interpretativas das condições de exclusão social e suas teorias interpretativas sob a perspectiva do desenvolvimento, a multidimensionalidade e as relações entre marginalidade e desvio. Lembra ainda que a pobreza e a marginalidade são diversamente concebidas de acordo com o ponto de vista os quais são analisadas, bem como as manifestações da marginalidade em uma sociedade complexa, em especial a condição juvenil.

Na seqüência conceitual, o autor teoriza os conceitos de **desvio e delinquência**. O conceito de desvio varia de acordo com a perspectiva que é analisada: se o referencial para definir o que é desvio e delinquência for a norma social, o conceito de desvio tende a ser objetivo, pois definido por critérios comportamentais permitidos ou não. Se o referencial para definir o desvio e a delinquência for a reação social (perspectiva interacionista), a percepção do que é transgressão torna-se algo subjetivo e dependeria da percepção dos sujeitos e da conseqüente atribuição de rótulos e de identidade aos indivíduos.

A partir do sexto capítulo o autor apresenta os **paradigmas da exclusão social**, percorrendo o histórico das teorias que interpretaram a exclusão e o desvio social, constituindo-se em uma revisão bibliográfica que *não manifesta somente a opinião de Caliman, mas sim dos teóricos explicitados e citados por ele em sua pesquisa.*

As teorias que explicam a exclusão variam segundo o paradigma, com base no qual se orientam. Tais paradigmas são denominados como: utilitarista, positivista, social, cultural, funcionalista, interacionista e fatorialista. Os paradigmas variam segundo o



foco da explicação, ora focalizam na pessoa desviante, ora nas normas sociais, ora na reação social ao comportamento desviante. Destacam-se as teorias tradicionais e modernas. As primeiras focalizam o desviante do ponto de vista das normas do controle social; as segundas focalizam o desviante, do ponto de vista do mesmo autor, de ações transgressivas, da interação entre ele e os outros que tendem a estigmatizá-lo, mas o mais importante é que o contexto bibliográfico apresentado esclarece os paradigmas e seus fatores histórico-culturais e sociais de exclusão social.

O autor aprofunda teoricamente e oferece um capítulo sobre cada um dos paradigmas analisados demonstrando os principais autores, a linha histórica e o motivo principal de serem considerados relevantes para a superação da exclusão, especialmente no que se refere à faixa etária juvenil. Entre os principais paradigmas citados pelo autor conceituamos brevemente alguns deles:

O **paradigma positivista**, citado no oitavo capítulo do livro, se desenvolve de 1850 a 1900 e é uma proposta alternativa em relação às doutrinas clássicas da criminologia iluminista. Este paradigma não leva em consideração a sociedade e os processos provocados por ela que explicam a origem do desvio. O objetivo principal do paradigma positivista é socializar as pessoas por meio de processos de adaptação e conformização, entendidos em sentido determinista. O desviante é um “*não socializado*” que não merece ser ouvido, mas recuperado ao consenso.

No capítulo nove o autor trata do **paradigma social**, que tem seus precursores nos estudiosos da escola de Chicago, pesquisadores que operavam nas primeiras décadas do século XX. A sociologia do desvio passa a caracterizar-se como observação quantificável e capaz de codificar os fenômenos sociais sem uma precisa propensão para a teorização. Os autores de Chicago partem da premissa de que o comportamento social assume certas regularidades dentro de certos limites de áreas naturais ou em sentido cultural. A prevenção acontece na organização social do território, na urbanização.

No capítulo seguinte o autor nos apresenta contribuições sobre o **paradigma construtivista**: Rotulação e identidade, que acontece entre 1940 e 1970. Ênfase ao interacionismo como a primeira perspectiva a estudar o processo segundo o qual as pessoas se tornam desviantes. O **interacionismo** reconhece o consenso do desviante, o qual permite explicar o processo de aprendizagem e interiorização das normas.

No penúltimo capítulo nos é apresentado o paradigma **fatorialista**: categoria interpretativa do risco social, quando nos é dado o conceito de risco social. As insatisfações das necessidades que podem provocar situações de risco social. O paradigma é evidenciado entre os anos de 1950 e 1990. A exclusão se dá pelo resultado de situação de risco e vulnerabilidade, e a prevenção pode acontecer através do aprendizado da administração dos riscos ou de modo a evitá-los.

No último capítulo de um extenso livro Caliman apresenta observações sobre a pesquisa sociológica propondo orientações para a pesquisa sociopedagógica, suas perspectivas, com particular atenção à pesquisa no âmbito da pedagogia social. Apresenta um modelo de pesquisa sobre comportamento transgressivo entre desvio e adolescentes em situações de risco em determinada periferia.

Apesar de o livro permitir uma compreensão clara dos paradigmas da exclusão social, exige um conhecimento prévio do leitor sobre a história, autores, objetivos e políticas vividas em cada época relacionada aos paradigmas citados, dificultando assim a compreensão minuciosa de quem não tem essa base teórica. Além disso,

é uma leitura extensa e complexa que possui um misto de teoria relacionada a uma prática que extrapola o campo do conhecimento formal que acontece, especialmente, pela prática adquirida, através do conhecimento informal, vivido no dia a dia das pessoas que convivem com jovens em situações vulneráveis.

É um livro que oferece base teórica para pesquisadores como também para profissionais, pedagogos, assistentes sociais e a todos os pesquisadores que entendem serem agentes responsáveis pela implementação de projetos e efetivas ações para mudança em prol da superação das dificuldades que envolvem a juventude, tais como a delinquência, a exclusão social e a marginalidade juvenil.

A perspectiva de fundo se situa na linha das hipóteses do autor e suas respectivas comprovações, no sentido de que os mais fortes motivos que levam o jovem a agir fora de um contexto de normalidade, gerando comportamentos sancionados pelo senso comum, não estão no seu desejo pessoal, mas sobretudo no contexto social em que ele vive, que é marcado pelas desigualdades sociais e por difíceis condições de sobrevivência, especialmente quanto às suas necessidades humanas e à negação das necessidades fundamentais.

Além de pesquisadores, a leitura serve também aos responsáveis pela criação das políticas públicas, especialmente aquele que poderá propor projetos sociais e/ou projetos de lei que venham ao encontro dos anseios de uma classe jovem excluída socialmente. Serve também ao educador social e especialmente ao sujeito que está comprometido com um mundo de possibilidades, onde existe a convivência de uma juventude saudável que oferecem com suas características próprias da fase, uma contribuição significativa ao sistema em que vivem.

O livro parece amenizar ou retirar da juventude a culpa por se envolver em situações e contextos delinqüenciais, vendo-a muito mais como categoria social excluída, tornando-se um sujeito delinqüente ou desviante pela rotulação e pelo estigma. Por outro lado, boa parte da responsabilidade pode ser debitada ao fracasso de políticas governamentais que favorecem a exclusão juvenil.

Para que o livro se torne prático será necessário ultrapassar os conceitos teóricos apresentados pelo autor, pois mais do que acreditar que esses jovens não são culpados por sua delinquência será necessário acreditar na reinserção dos mesmos, através da educação e de uma sociedade em que as necessidades humanas sejam atingíveis por toda a juventude, independente de classe econômica, nível, cor, raça/etnia ou qualquer outra diversidade, e, para isso, será necessária a concretização do estudo.

Nesse contexto o **livro Paradigmas da Exclusão Social** teve como finalidade de pesquisa a promoção de condições de bem-estar social, de convivência, de exercício da cidadania, de superação da marginalidade e, especialmente, de condições em prol da minimização do sofrimento e da desigualdade. Assim, parafraseando Caliman, abre-se espaço para a análise de uma teoria que vê na ação educativa uma forma de prevenção, que respeita as potencialidades e a capacidade de resiliência do sujeito, o qual pode ser preparado para enfrentar criticamente as situações de mal-estar e reagir positivamente ao risco

Loni Elisete Manica

Doutoranda da UCB. Mestre pela UFSM. Pedagoga.

Atualmente atua no cargo de Especialista em Desenvolvimento Industrial do SENAI Nacional e é gestora nacional do Programa SENAI de Ações Inclusivas. E-mail: Loni@dn.senai.br